

Movimento quer mudar ortografia no Brasil

Objetivo de professor, líder do grupo, é simplificar

TATIANE CALIXTO
DA REDAÇÃO

O homem foi tomar um chá na casa de uma amiga e levou rosas. Parece estranho, mas se a proposta do Movimento Simplificando a Ortografia estivesse em vigor, esta frase estaria corretíssima.

Liderado pelo professor de Língua Portuguesa, Teoria Literária e Análise de Texto Ernani Pimentel, o movimento quer tornar a ortografia mais lógica, sugerindo e debatendo a redução de exceções da escrita.

Dentre as mudanças propostas está a substituição de S e X pelo Z no início das sílabas. As fases da lua seriam *fazes*. Assim como o fazes do verbo fazer. Mas para o professor, o contexto eliminaria qualquer dúvida no entendimento. "Faça tudo o que te pedi, antes da nova *faze* do nosso relacionamento", ilustra.

A proposta também sugere derrubar o CH. Segundo o professor Pimentel, hoje não existe uma regra objetiva que explique o uso do dígrafo ou X. Há uma que defende o uso de X para palavras de origem árabe, indígena ou africana. Porém, a palavra *chica*, uma dança da África, deveria ser grafada com X, mas não é. "Sobra para o professor dizer que se trata de exceção, sem ter qualquer justificativa".

Modificações

Pela simplificação proposta, S e X, no início das sílabas, seriam substituídos por Z. Assim, fases da lua, por exemplo, ficaria fazes. Outras modificações: a eliminação do H, no início de palavras (como em homem), além de derrubar o CH.

OUTRAS MUDANÇAS

O S deixaria de ter som de Z e não seria mais duplicado. O H inicial, sem som, também cairia. Usaria-se apenas o J para os sons já, je, ji, jo, ju: *jelo, jirafa*. E G, sem o U, para o fonema GUÊ: *gato, gerra, guinada, gota, gula*.

"Concordamos que oferecer uma educação de melhor qualidade é necessária. Mas a simplificação das regras é uma contribuição para uma educação de melhor qualidade", garante Pimentel.

Conforme o site do Movimento, em vez das atuais 400 horas/aula de ortografia ministradas desde o início do Fundamental até o fim do Ensino Médio, seriam utilizadas em torno de 150. Isso seria possível, na opinião de Pimentel, porque se aprenderia gramática mais rapidamente, ganhando tempo para

Sopa de letrinhas



assuntos como leitura, análise, compreensão, interpretação e criação de textos.

POLÊMICA

Pimentel lembra que já foi certo escrever *orthographia* e *phosphoro* e que houve resistência em relação à mudança. Hoje, são palavras normais. Apesar da justificativa, a proposta está longe de ser consenso. Pelo contrário. É polêmica.

"A língua não pode considerar apenas o aspecto fonético, mas também o aspecto etimológico (da origem das palavras)", afirma Ana Cecília da Costa, professora do Curso de Letras, Tradução e Direito da UniSantos.

Segundo Ana Cecília, essas possíveis mudanças não resolvem todas as dificuldades da língua. Ela acredita que antes desse tipo de discussão seria

melhor pensar em políticas de letramento.

"Muitas pessoas analisam erros porque não conseguem interpretar o texto. Acredito que estamos indo por um caminho muito simplista. O problema do uso da língua no Brasil envolve leitura, e saber quando utilizar os textos. Temos que formar produtores de textos que saibam trabalhar em diferentes contextos".

Senado debate a reforma

Na semana passada, a Língua Portuguesa esteve em foco no Senado. Duas audiências foram realizadas para apresentar parte das discussões realizadas pelo grupo de trabalho formado por professores e especialistas em Língua Portuguesa, entre eles o professor Pasquale Cipro Neto e o próprio Ernani Pimentel.

Apesar de Pimentel fazer parte do grupo e lá defender a simplificação ortográfica, a principal discussão no Senado são incongruências do Acordo Ortográfico.

Segundo a vice-presidente da Comissão de Educação (CE), senadora Ana Amélia (PP-RS), o papel da comissão é garantir espaço para o tema ser discutido, mas não serão os senadores a propor qualquer alteração. O grupo de trabalho vai sugerir ou não um texto para a comissão propondo alterações, e a CE decidirá se as encaminhará como contribuição para o Executivo.

CRÍTICAS

As regras do acordo deveriam entrar em vigor em definitivo em janeiro de 2013, mas decreto da presidente Dilma Rousseff (PT) adiou a adoção para 1º de janeiro de 2016.

Há críticas, por exemplo, sobre indefinições em relação ao uso do hífen e da falta de discussões mais aprofundadas com especialistas e a sociedade.

A professora da UniSantos, Ana Cecília da Costa, concorda que ainda existem questões a serem discutidas sobre o acordo. Porém, faz um alerta. "O acordo não contempla apenas o Brasil. Ele tem que ser discutido com os países de Língua Portuguesa. Claro que o Brasil precisa fazer suas considerações, mas as discussões não podem ser unilaterais".